

Grandes projetos capitalistas na Amazônia e a luta pela terra no sudeste paraense*

Ana Cristina Sousa Santos** e Célia Regina Congilio***

Resumo:

O objetivo deste artigo é manter aceso o debate sobre a questão agrária e a luta pela terra, luta esta necessária para a conquista de formas de produção e vivência situadas fora da lógica de geração de lucro dos poderosos e improdutivo acionistas das grandes corporações. Outro tema importante para reflexão refere-se às ações do Estado no sudeste paraense para a constituição da força de trabalho, ocupada e de reserva, essencial alicerce para a expansão do capital nessa região amazônica.

Palavras-chave: expansão capitalista; questão agrária; luta pela terra.

Large capitalist projects in the Amazonian region and the struggle for land in south-eastern Pará

Abstract:

The purpose of this article is to keep the debate on the agrarian question and the struggle for land alive, a necessary struggle for the conquest of forms production and living outside the logic of profit generation by the powerful and unproductive shareholders of large corporations. Another important theme for reflection involves the actions of the State in south-eastern Pará for the constitution of the workforce, occupied and in reserve, an essential foundation for the expansion of capital in this Amazonian region.

Keywords: capitalist expansion; agrarian question; struggle for land.

* Tem como referência a dissertação de mestrado de uma das autoras. Ver Santos (2022).

** Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá-PA, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GPEMSSP). End. eletrônico: hannasousa@yahoo.com.br. ORCID: 0000.0001.7812.479x

*** Doutora em Ciência Política. Professora da UNIFESSPA, Marabá-PA, Brasil. Pesquisadora do GPEMSSP e do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). End. eletrônico: celiacongilio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8093-3502>

Introdução

A região Amazônica e, sobretudo, o sul e sudeste do Pará, a partir de 1970, recebe grandes investimentos por parte do governo federal, dirigidos para as atividades de exploração mineral e pecuária. Entre as décadas de 1970 e 1980 os investimentos foram direcionados para a abertura da rodovia Transamazônica e a construção da Hidrelétrica de Tucuruí (Pereira, 2017) como parte da infraestrutura necessária aos projetos de expansão que seguiriam.

O sudeste paraense é formado por uma região constituída por trinta e nove (39) municípios em cerca de 297 mil quilômetros quadrados (Santos, 2011), onde diversas intervenções e trajetórias se manifestam pela ocupação e encontros de “diferentes ‘estórias’ em aberto, inclusive, dos grupos indígenas e da própria natureza que melhor do que ninguém expressa distintas temporalidades” (Michelotti, 2013, p. 72). Na reflexão do autor, a luta pela terra não ocorreu apenas no passado histórico, mas, também, na constância dos conflitos sociais que nunca deixaram de se manifestar nas diferentes trajetórias que compõem as relações de disputa de poder pelas frações territoriais nessa região.

No contexto amazônico, a luta pela terra tem sido uma ação importante diante da ocupação capitalista e, em especial, no sudeste paraense, onde, ao longo do processo de expansão, foram se criando recursos permanentes de apropriação da terra e do território pela expropriação e subordinação pelo trabalho de camponeses, povos tradicionais e originários.

A região passa a ganhar destaque nacional a partir dos anos de 1970, quando o Estado ditatorial atrai trabalhadores de todo o país e cria, ao redor dos grandes projetos, áreas de colonização com promessa de concessões de terras.

O fim da década de 60 e os primeiros anos de 70 marcaram para todo o país uma extraordinária expansão do capital mediante o aprofundamento da articulação com o capital internacional, o reforço do processo de concentração/centralização e a expansão setorial e espacial do mercado [...] a Amazônia tornou-se uma peça importante da expansão espacial do mercado interno. Nesse período o Estado brasileiro assume então o caráter autoritário e ditatorial que os interesses do capital lhe impõem nessas circunstâncias. O poder econômico em face da penetração apoiada pelo Estado se confronta necessariamente na sua expansão com a base de sustentação do poder tradicional e a propriedade privada (Emmi, 1987, p. 114–115).

A economia da época, que tinha como base o extrativismo vegetal, passou a sofrer diversificações através da mineração industrial, da pequena produção agrícola, da pecuária e da construção civil, atividades estas que irão afetar antigas frações de

poder, compostas pelos exportadores de castanha. Este período assinala a passagem da exploração para outro nível, deixando de ser puramente mercantil. As oligarquias castanheiras, que exerciam o poder absoluto até a década de 1960, começam a se reorganizar conforme novas configurações colocadas agora pelo poder central. Já no início da década de 1970 verifica-se uma extraordinária expansão do capital, o que torna esta fração da Amazônia em centro da especulação espacial, do mercado interno e de articulação do capital internacional.

Logo, a economia, que estava centrada no extrativismo, diversifica-se com a forte presença da mineração industrial, da pecuária, da produção agrícola e da construção civil, quebrando o exclusivismo da economia extrativista na região. A Superintendência para o Desenvolvimento para a Amazônia (SUDAM) foi o órgão criado fundamentalmente para promover essa lógica militar Estatal, atuando com uma vasta propaganda sintetizada nas palavras de ordem “integrar para não entregar”. Essa visão intensificou-se com a chegada dos grandes projetos minerários e madeireiros como parte da expansão capitalista para a região. Ikeda (2014) afirma que a partir daí o Estado passa a figurar como um dos elementos basais da expansão capitalista na Amazônia, com destaque ao sudeste paraense e a implantação dos grandes projetos de mineração.

Ao tratar da geopolítica amazônica, Becker (2005, p.72) nos diz que “a Amazônia, o Brasil e os demais países americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista”. Para a autora, a chamada economia de fronteira significa que o crescimento econômico é visto como linear e infinito baseado nas incorporações de terras e recursos naturais — que também são considerados infinitos — cujo processo predatório considera como sendo característico de toda formação latino-americana.

Martins (1993) define esse período como a “chegada do estranho”, marcando a vinda do outro, do desconhecido e cuja chegada impactou as populações locais de forma que estas passaram a sofrer com as expropriações, os conflitos, suas relações com a terra, o clima, e a cultura, possibilitando que ficassem expostas às especulações capitalistas.

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem, ou existindo não tivessem direito ao reconhecimento da sua humanidade (Martins, 1993, p. 63).

De acordo com Martins (1993), as terras e territórios são os bens e os meios de resistência das populações tradicionais, de indígenas e camponeses. A implementação dos grandes projetos de desenvolvimento capitalista constitui-se em motivos de disputas em torno da posse da terra em todo o Brasil, sobretudo na região amazônica. O autor destaca que essa realidade leva à reflexão sobre os

impactos dos grandes projetos econômicos, bem como o impacto das tecnologias nas sociedades camponesas e tribais.

A população do sudeste paraense vivenciou a “chegada do outro” por transformações e mudanças sociopolíticas e econômicas, sobretudo a partir da implementação dos grandes projetos e do declínio da economia da castanha. Esses processos resultaram na criação de uma organização social orientada por um novo modelo de produção dominante. Sobre a expansão capitalista para essa região, Ikeda (2014) destaca que uma das consequências das transformações do modo de produção decorreu da centralização política a partir de um Estado nacional que assegurava o poder burguês e a reprodução do capital, ou seja, “a atuação do Estado durante a integração econômica da Amazônia é caracterizada pelo esforço de uma burguesia industrial interna para reprimir a mobilização política dos despossuídos” (Ikeda, 2014, p. 62).

Hébette (2004) explica que no decorrer dos anos de 1960 as portas do Brasil foram abertas para o grande capital e lembra outro bordão famoso, propagandeado pelos militares para a ocupação da Amazônia, “terra sem homens, para homens sem terra”, trazendo promessas que vieram juntamente com as aberturas de estradas com as rodovias Belém Brasília e Cuiabá, Porto Velho e Rio Branco. Para autor, foi a partir desse momento que os latifúndios foram se espalhando por todo território amazônico.

De acordo com Hébette (2004), dentre os grandes projetos minerários e metalúrgicos que marcaram esse regime ditatorial e autoritário a partir de 1964, destaca-se o Programa Grande Carajás (PGC), criado em 1980, compondo na região o quadro de grandes projetos agropecuários, de barragens para geração de energia, minas e fábricas. A “chagada do estranho de Martins” (1993) retrata essa realidade que leva a mobilização de índios e camponeses a travarem uma luta em comum e solidária frente ao poder do Estado e pelo território.

Sobre o Projeto Grande Carajás, Monteiro (2005, p.190) descreve:

Também foi no âmbito do PGC que se implantou no sudeste paraense, atualmente no município e Parauapebas, a extração de minério de ferro dos Carajás. Projeto cuja condução havia sido assumida, em 1977, pela CVRD. Para tanto montou-se uma gigantesca estrutura envolvendo, além da *company town* na Serra do Carajás, um sistema que abarca minas, instalações portuárias e Estrada de Ferro Carajás, cujos 890 quilômetros de extensão interligam a Serra do Carajás ao terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís (MA). Este sistema começou a operar em 1985. A mercantilização de minério de ferro atingiu 69,5 milhões de toneladas, em 2004, representa vendas de US\$ 1, 32 bilhão.

Monteiro (2005, p. 192), afirma que o PGC “também incentivou a instalação de várias empresas para a produção do ferro gusa, nesse cenário a exploração mineral chega a seu auge e durante as últimas décadas houve uma produção crescente de ferro gusa na região, que em 2004 atingiu 4,8 milhões de toneladas”. Diante a esse cenário de expansão do minério no sudeste paraense, Hébette (2004) afirma que o Grande Carajás representou um novo momento da história moderna da Amazônia, no qual, em alguma medida, os trabalhadores do campo e os indígenas foram sendo absorvidos, muitos se transformando sem terras e sem famílias. Verifica-se ainda o crescimento de migrantes em torno das áreas desses grandes projetos. No que diz respeito aos efeitos da abertura oficial da Amazônia ao capital nacional e estrangeiro, Hébette (2004, p. 34) explica que:

A busca pela terra por grandes proprietários e por camponeses iniciou estimulada pela própria facilidade de ocupação das terras devolutas. Antecipou-se inclusive a abertura das estradas. A resposta a esses estímulos foi rápida e ampla. Empresas imobiliárias, escritórios e projetos de cooptação de recursos, colonizadores se mobilizaram para agilizar o aprofundamento dessas oportunidades. As terras devolutas foram praticamente privatizadas e o instituto jurídico da propriedade privada impõe-se a toda a Amazônia.

Além da SUDAM, o incentivo do Estado na região resultou na criação de várias outras instituições federais, tais como o Banco da Amazônia (BASA), a ELETRONORTE, o Grupo Executivos de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT), a Telecomunicações do Pará (TELEPARÁ) e outros. O objetivo dessas instituições centrava-se em reforçar o interesse do grande capital sobre as matérias-primas da região, de maneira seletiva, concentrada em torno da terra, da madeira, e de minérios, especialmente o ferro, o manganês e a bauxita.

Sobre os conflitos e a luta pela terra nesse meio de integração e modernização da Amazônia, Hébette nota que “o interesse do capital cruzou-se com os interesses dos trabalhadores, a procura sempre se deu em forma de uma luta, de uma luta de classes, como é fácil ilustrar” (2004, p. 66), e acrescenta:

As terras de fronteira têm, pois, sido asperamente disputadas pelos latifundiários contra os pequenos produtores. Pelo Censo Agropecuário de 1980, são mais de trinta mil os estabelecimentos agropecuários nos quatorze municípios, ocupando 156.743 membros das famílias. Bom número delas deve estar no seu terceiro, quarto ou quinto lote, ao ser fácil constatar nos mapas do INCRA ou do GETAT o deslocamento das áreas camponesas sob a pressão do avanço dos latifúndios. Durante algum tempo, os migrantes dobraram-se diante dos *ucases* dos latifundiários, desocupavam as áreas por estes adquiridas ou simplesmente pretendida, independentemente da justa indenização, desanimavam diante

das malvadezas, destinadas a afastá-los por desgosto, se deixavam amedrontar pelos grileiros que andavam armados com seus jagunços e pistoleiros, ameaçando, atirando e matando.

Alicerçados nessas análises, infere-se que a chegada do grande capital na fronteira paraense veio seguida de conflitos entre as classes, transformando as relações de trabalho e produção, assim como as identidades e culturas, convertendo o camponês em proletariado e destruindo assim sociabilidades outrora existentes. Outro desdobramento observado é o inchaço populacional urbano, a ocupação de espaços com empreendimentos empresariais, a exemplo da duplicação dos trilhos da antes estatal Vale do Rido Doce, privatizada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1996 e, desde então, VALE S.A. Houve ainda o avanço da especulação imobiliária, levando a constituição de bairros densamente povoados. Contudo, Marques (2008, p. 65) explica que:

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não representa uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante — relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. Explicando, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador.

O difícil acesso à terra pelos pequenos produtores aparece também como resultado da grilagem articulada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao GETAT, dentre outras instituições estatais (Hébette, 2004). Para o autor, a fronteira, rica em terras, virou matriz de superpopulação e de pauperização com o fortalecimento e atuação do Estado em favor da expansão do capital. A questão agrária e a luta pela terra têm sido dinâmicas constantes no sudeste paraense, como desdobramentos de tais políticas, ainda em curso.

A luta pela terra

De acordo com Michelotti (2019), o final da década de 1970 e início 1980 marca o começo de um novo ciclo de lutas no campo brasileiro, antes marcadas pelas ligas camponesas duramente perseguidas pela ditadura militar. Nesse processo agora irão emergir entidades e movimentos, a exemplo dos trabalhadores rurais sem terras, dos atingidos por barragens, das quebradeiras de coco babaçu, dos seringueiros, que inserem nessa dinâmica novas formas de luta, principalmente no

que tange a reivindicação de uma nova Reforma Agrária ampla e digna, capaz de transformar a estrutura dominada pela classe latifundiária no país.

A luta pela Reforma Agrária no Brasil se desdobra historicamente em cenário de contradição intensa entre duas classes: a *dos latifundiários*, mantenedores de grandes concentrações de terras, visando explorá-las para garantir lucros, e a *dos trabalhadores rurais*, na condição de excluídos da condição de produzir na terra e dela subtrair seu sustento, conseqüentemente transformando-se em Sem Terras. Como nos explica Martins (1997):

Não existe a questão da reforma agrária. Existe a questão agrária. A reforma agrária é uma possibilidade de solução para a questão agrária, a questão agrária, é problema da reforma agrária. Há diferentes modalidades de reforma agrária que seriam resposta à questão agrária, não só as que o Estado brasileiro oferece, desde a ditadura militar, para a questão agrária, mas também as respostas que os próprios trabalhadores quando organizados imaginam que seriam as mais adequadas para a questão (Martins, 1997, p. 12).

Para Martins (1997), a modernização tecnológica veio atrelada à modernização das relações de trabalho, corporificada na aprovação do Estatuto do trabalhador Rural em 1962, que determinava o estabelecimento dos vínculos trabalhistas por meio de contratos, não mais por relações pessoais e de dependência. O autor nos revela que com essas mudanças “começa a surgir aí, efetivamente, a cara de excedente populacional dessa massa de população, os excluídos. Ela surge nas favelas, surge nas chamadas beira de rua das cidades do interior, nos aglomerados urbanos de péssimas condições de vida, invasões, cortiços etc.” (Martins, 1997, p. 22).

O processo de modernização e industrialização do meio rural foi apontado como fórmula “milagrosa” capaz simultaneamente de tirar um país da condição de subdesenvolvido e promover as condições para se desenvolver (Silva, 1982). No âmbito de priorização do fomento industrial e da evolução do capitalismo no meio urbano, a agricultura foi relegada ao segundo plano, assumindo papel passivo no desenvolvimento. Isso criou uma dicotomia entre agricultura e indústria, onde a primeira era vista como arcaica e a segunda como moderna, difundindo a ideia de que a agricultura brasileira seria um obstáculo para a modernização do país, tendo em vista as dificuldades do capital em transformá-la.

Silva (1982) explica que o resultado dessa modernização impactou a pequena agricultura brasileira, causando deterioração na distribuição de renda no meio agrícola, ao passo que mantinha a estrutura fundiária, desfavorecendo a pequena produção à medida que ocorria a inserção na economia de mercado. Nessa relação, a pequena agricultura passa a ter uma inferioridade crescente em relação à grande

propriedade e para compensar essa conjuntura desfavorável passa a exigir maiores esforços dos que nela trabalham, principalmente na venda da força de trabalho.

De acordo com Stédile (1997), a questão agrária está diretamente ligada aos interesses do sistema capitalista. Os instrumentos e práticas que o latifúndio utiliza apontam para um projeto econômico voltado ao atendimento das necessidades do capital e não dos trabalhadores do campo. Nesse sentido, a luta pela terra converte-se em uma luta contra a essência do capital, concretizada nas práticas da expropriação e exploração:

Ao analisar o campesinato paraense, Sousa (2002) indica que a partir da segunda metade da década de 1980, até a década de 1990, foi possível acompanhar a luta dos camponeses em face da expansão e modernização capitalista no campo. Esses dados são corroborados por Sousa (2002), ao afirmar que havia, no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, um movimento de cisão política do significado dos termos camponês e trabalhador rural, como também de constituição de unidades de mobilização, tais como os ‘atingidos por barragens’, ‘remanejados’, ‘assentados’, reassentados, entre outros.

Por outro lado, Rodrigues e Congilio (2020) indicam a importância de compreender o processo de modernização do trabalho na agricultura pelo capitalismo, fazendo-se necessário o entendimento da complexidade da luta e resistência da classe trabalhadora em sua fração camponesa. Chamam atenção, sobretudo, para o debate conceitual sobre a categoria de camponês no âmbito do avanço capitalista. E complementam que “o que se observa no trabalho rural é que apesar das tentativas de substituição do campesinato pelas relações capitalistas de produção, reafirma-se não só o conceito de camponês como também a resistência pela reprodução do seu modo de vida e apropriação do trabalho” (Rodrigues; Congilio, 2020, p. 7). Sobre o conceito de camponês assim descrevem:

O conceito de camponês há muito vem se mantendo aceso nas discussões teóricas e se insere no debate científico de reafirmação ou substituição do seu uso, se ele deve ou não ser utilizado para explicar a realidade do campo brasileiro. Isso se dá principalmente no que se refere a atual conjuntura campesina que enfrenta um avanço significativo do agronegócio no campo, com forte modernização tecnológica e alterações na forma de cultivo e manejo da terra. Temos ainda que considerar a divisão do trabalho no mercado internacional e a posição subordinada que ocupamos nesse cenário, respaldado pelo Estado e o fomento que impulsiona na exportação de *commodities* como elemento persistente na composição do PIB nacional (Rodrigues; Congilio, 2020, p. 10).

Para estes autores existe um processo histórico de ressignificação do termo camponês frente a tentativa de substituição por “agricultura familiar” durante o

processo de modernização e dos avanços tecnológicos do capitalismo. E para enfatizar, argumentam:

Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribuiu para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (Rodrigues; Congilio, 2020, p. 10).

O enfoque desse debate é mostrar que há diferença entre as duas categorias, “camponês” e “agricultor familiar” e parecendo ser contrárias, relacionam-se entre si. Nesse sentido, Rodrigues e Congilio (2020) afirmam que ambas podem mudar sua forma de trabalho e produção frente a modernização e a entrada da tecnologia no campo, porém, afirmam que toda a agricultura camponesa é familiar, mas nem sempre a agricultura familiar é camponesa, embora a base da relação de trabalho em ambas seja concentrada na família.

Hébette (2004, p. 97), referindo-se ao Pará, reflete que “o campesinato se constituiu neste Estado, portanto como uma força, que não pode ser desprezada”, pois se tornou uma categoria política forte e organizada, presente historicamente na luta contra o latifúndio no sudeste paraense, inclusive durante o período da ditadura militar e da consequente repressão aos movimentos populares, quando essa categoria se fortaleceu e aumentou significativamente sua consciência política e de classe.

As políticas de favorecimento da expansão capitalista na Amazônia “promoveu a invasão das terras indígenas, de comunidades remanescentes de quilombos, de posseiros ribeirinhos, de extrativistas, etc., através da violência” (Afonso, 2016, p. 23). O autor destaca que nesse processo de disputa pela terra, o campesinato é composto por vários segmentos sociais, tais como trabalhadores rurais sem terra, posseiros, indígenas e quilombolas, os quais travam uma luta constante pela conquista e persistência na terra. O autor sublinha que a história de luta pela terra no Brasil ocorreu por meio de um longo processo de resistência e que nas últimas décadas engendrou a formação de vários movimentos de trabalhadores no campo, dos quais destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), caracterizado por ter como principal estratégia de luta a ocupação, estabelecendo ações contra a exclusão causada a partir da expansão capitalista e do latifúndio.

O MST se organiza no Pará conforme decisão da direção nacional do movimento no ano de 1990, no município de Conceição do Araguaia, como

estratégia nacional de expansão territorial da organização. Nesse momento, o MST se articula com várias entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), entre outros.

O MST chega ao Sudeste Paraense no auge da luta dos posseiros¹, e “as lideranças escolhidas para organizarem o novo movimento na região eram lideranças sindicais que ajudavam a coordenar a luta pela terra via sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia, conquistados das mãos de aliados do regime militar no ano de 1985” (Afonso, 2016, p. 52).

A proposta do movimento era massificar a luta pela reforma agrária no sudeste paraense, e, sobretudo, obter uma atuação política contra as forças monopolizadoras da região, como a dos latifundiários e as que representavam os grandes projetos como a Vale do Rio Doce (Afonso, 2016). Com a chegada do MST em Marabá as forças repressivas do Estado e da oligarquia local começam a se articular e monitorar as principais lideranças do movimento “em uma ação que mobilizou um grande contingente de policiais federais e militares, 07 lideranças do MST foram presas em 18 de junho de 1991, um dia antes de o movimento fazer a sua primeira ocupação de terra na Fazenda Ponta de Pedras de propriedade do Fazendeiro Paulo Mariano Calais próximo de Marabá” (Afonso, 2016, p. 57).

O autor descreve que toda essa frente de repressão fez com que o MST decidisse direcionar sua organização para o município de Parauapebas, região também marcada por conflitos de terras, pela concentração de famílias migrantes e sem-terra, devido principalmente a implementação do Grande Carajás e o fechamento do garimpo de Serra Pelada. Entretanto, após a instalação do movimento no município, várias ações de repressão e violência foram registradas contra os seus militantes.

Nesse cenário o MST foi se territorializando na região até chegar à criação do primeiro assentamento no início de março de 1996, denominado Assentamento Palmares, onde foram alocadas 517 famílias. Afonso (2016, p. 62) salienta que “a criação do segundo assentamento do MST no município de Parauapebas consolidou o movimento na região e provocou uma corrida de famílias sem terras e ex-garimpeiros para se cadastrarem para o novo acampamento denominado Complexo Macaxeira”.

Os conflitos e a violência contra os camponeses se acirraram e o MST ficou conhecido nacional e internacionalmente pelo triste acontecimento que marcou a história de luta dos trabalhadores rurais nessa localidade, o assassinato de 19 trabalhadores rurais sem terras, denominado de Massacre de Eldorado do Carajás. Esse infeliz acontecimento ocorreu no dia 16 de abril de 1996, quando

¹ Nos estudos de Pereira (2015) os trabalhadores rurais do sul e sudeste do Pará também se identificam como posseiros, ocupam imóveis improdutivos e tencionam o Estado a desapropriá-los e transformá-los em projetos de assentamentos da reforma agrária.

aproximadamente 1.500 famílias montaram acampamento no km 96 da PA-150, na intitulada “Curva do S”, próximo à cidade de Eldorado. Estas famílias faziam parte da “Caminhada pela Reforma Agrária”, iniciada no dia 10 de abril do mesmo ano, e rumava a Belém, capital do Pará, para reivindicar a desapropriação das fazendas do Complexo Macaxeira.

Segundo os relatos de moradores e militantes do Assentamento, em 17 de abril, quando as famílias chegaram à “Curva do S”, já não dispunham de alimentação para continuar a caminhada até Marabá. Portanto, decidiram interditar a Rodovia PA-150 para pressionar o INCRA para liberação de alimentação e de 5 ônibus para levá-los até Belém, onde pretendiam participar de uma audiência com o governador do Estado. Com as negociações em curso, de forma traiçoeira, o governador mandou tropas de policiais militares dos batalhões de Marabá e Parauapebas, sob o comando do Coronel Mário Pantoja e Major Oliveira, para desobstruir a Rodovia PA-150. Esta decisão gerou um conflito entre os trabalhadores rurais e policiais militares que resultou no assassinato de 19 trabalhadores rurais sem terra e vários outros feridos. Essa realidade, trágica no seu desfecho, deu início, na região, à ascensão e ao fortalecimento das organizações dos trabalhadores rurais na luta contra o latifúndio.

Esse momento de reação violenta da Polícia Militar (PM) contra os manifestantes, respondendo sobretudo aos interesses de fazendeiros e da CVRD, dava continuidade ao processo de repressão contra trabalhadores sem terra, posseiros, garimpeiros e outros grupos (Afonso, 2016). Na trajetória de luta pela terra, a violência e a opressão contra trabalhadores rurais tornaram-se constantes².

O levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (2019) indica que foram registrados no Brasil, 1.833 conflitos no campo, tendo representado o número mais elevado dos últimos 5 anos e 23% superior ao de 2018. O dado reúne ocorrências relacionadas a disputas por terra, disputas por água e conflitos trabalhistas. Além das propriedades de terra, a falta de acesso à água potável ou a iminência da falta estiveram no cerne dos conflitos, fazendo-se presentes em 489 deles. O índice foi 77% superior ao de 2018 (que contabilizava 276 ocorrências). A CPT observa que as lutas em torno da água afetaram 279.172 pessoas, pertencentes a 69.793 famílias.

Outros dados da CPT informam que no ano de 2019 cresceram os conflitos por terra no campo brasileiro, muito influenciado pelos discursos do governo federal favorecendo os grandes proprietários de terras e grileiros do agronegócio. Conforme os registros dos Cadernos de Conflitos (2019, p. 101) “o total de conflitos por terra atingiu 1.254 ocorrências, 12% a mais do que em 2018, que

² A Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o anuário nacional *Cadernos de Conflitos no Campo*, formou um dos mais importantes acervos documentais sobre as lutas e formas de resistências dos trabalhadores rurais (CPT, 2019).

contabilizou 1.124 eventos. O número de ocorrências em 2019 foi a maior registrada para a categoria em toda a série histórica documental da CPT, significando em média 3,3 conflitos por dia”.

Para Guimarães Neto e Pereira (2020) essa é uma realidade histórica no país, os índices de violência se potencializam entre os trabalhadores e migrantes que lutam pela posse da terra e que passaram a ser indesejáveis e consequentemente mais propícios aos perigos. Para os autores “São estes os mais afetados pela violência dos grandes proprietários de terras”. (Guimarães Neto; Pereira, 2020). Sobre essa situação, os dados da CPT demonstram que entre 1985 e 2019 houve 49 massacres de trabalhadores rurais no Brasil, somando 229 mortes.

Os estados de Rondônia, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Amapá e Amazonas são os que mais apresentam massacres de trabalhadores rurais. Com relação às mortes, o Pará é o que apresenta o maior número de mortes dos trabalhadores rurais em todo o país. O envolvimento de policiais civis e militares em favor dos grandes proprietários de terras contribui para expulsão e homicídios de trabalhadores rurais no campo brasileiro (Guimarães Neto; Pereira, 2020). Referente aos conflitos por regiões, somadas as ocupações, ocorrências, retomadas e acampamentos, o Norte teve um acréscimo de 24, 5%, e que “além da violência coletiva contra as famílias, os conflitos por terra em 2019 revelam mais um trágico aumento de violência individual, o que a CPT chama de violência contra a pessoa, por vezes extrema, ao promover a eliminação física de camponeses, indígenas, quilombolas, e lideranças de suas lutas e resistências” (Comissão Pastoral da Terra, 2019, p. 103).

A região Norte vai seguindo a trajetória anterior de violência extrema, pois “trata-se de movimento histórico de disputa agrária na Amazônia que se desenrola há décadas” (CPT, 2019). Diante disso, podemos inferir que os ataques contra os povos e comunidades do campo se acirraram e mantêm a pressão sob as famílias e lideranças e as ameaças de morte funcionam como estratégia de poder para suprimir a luta pela terra. Em 2019, dados alarmantes foram registrados, mostrado que o número de famílias que sofreram invasões de suas casas e terras na Amazônia Legal cresceu 87% comparados a 2018. As estatísticas apresentadas pela CPT denunciam também que as ocupações de terras e outros movimentos diminuíram e a causa é visivelmente a elevação da violência e o risco de morte³.

Para Afonso (2016), o uso da constante violência por parte da burguesia agrária tornou-se um método para barrar o processo de luta da organização camponesa, pois quando esta classe se organiza, ela questiona a estrutura fundiária e o Estado.

³ No momento em que estamos finalizando essa dissertação, os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips são confirmados e nos causam grande tristeza e consternação. Todos os mártires pela salvação da Amazônia PRESENTE, PRESENTE, PRESENTE!

Apesar de toda a violência empregada, o Massacre de Eldorado do Carajás não estancou a luta pela democratização da terra na região, ao contrário, a luta se fortaleceu com a conquista e criação massiva de vários projetos de assentamentos a partir do ano de 1996.

Sem discutir as particularidades dos assentamentos após se institucionalizarem como lotes particularizados, importante lembrar, como o faz Miranda (2021, p.6) que:

São oriundos de um longo processo de luta social via ocupação e/ou acampamento, geralmente articulada a um movimento socioterritorial e/ou sindical, que no caso MST, por exemplo, visa não apenas a redistribuição de terras, mas a construção de um projeto territorial contra hegemônico, almejando disputar a compreensão da reforma agrária, no sentido de que ela se estenda para além de uma perspectiva de política compensatória e de controle social e instaure elementos de uma reforma agrária revolucionária.

Resultado das lutas, o sudeste do Pará possui, de acordo com pesquisas realizadas por Miranda (2021), 503 projetos de assentamentos que ocupam superfície territorial de 4.507.016 hectares (45.070,16 Km²) e abrigam cerca de 91.890 famílias, número que o autor adverte deve ser relativizado, tendo em vista que “muitos assentamentos já sofreram um forte processo de crescimento populacional e de fragmentação dos lotes” (p.7).

Tais dados reafirmam a importância das lutas por políticas sociais para o trabalhador rural. Concluímos, em meio a tantas questões em aberto, com a certeza de que políticas adequadas de reforma agrária são necessárias para assegurar a dignidade das populações camponesas e diminuir as chances de que esses sujeitos cheguem às cidades e ao convívio com a violência urbana, onde também são submetidos à exploração e marginalização cotidianas. Frente a isso, muita luta ainda se faz necessária e é urgente unificá-la em torno das demandas da classe trabalhadora em suas urgências urbanas e rurais. Está posto o debate!

Referências

- AFONSO, José Batista Gonçalves. *Massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará*. 2016. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo*: Brasil, 2019. Centro de Documentação Dom Tomás Bauduino. CANUTO, A.; SILVA LUZ, C. R.; DOS SANTOS, P. C. M. (coord.). Goiânia: CPT Nacional, 2019.
- EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e domínio dos castanhais*. Belém: UFPA-NAEA, 1987.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos no Campo e práticas de violência: Amazônia. In: DESEMONE, M.; FONTES, E. (org.). *História Oral e Conflitos Rurais*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2020.
- HÉBETTE, Jean. *O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense*. Belém (PA), 2004. In: *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Ed. da UFPA, 2004.
- IKEDA, Joyce Cardoso Olimpo. *Expansão do capital, luta de classes e poder local: um estudo sobre a composição do poder político no Município de Marabá/Pará (1985-2012)*. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia), Universidade do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2012.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. Campesinato e a luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R.; CARLOS, A. F. (org.). *Procesos territoriales em Argentina y Brasil*. Buenos Aires, 2003. p. 183-199.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. A questão Agrária Brasileira e o Papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 11-76.
- MICHELOTTI, Fernando: *Territórios de Produção Agromineral: relações de poder e novos impasses na luta pela terra no sudeste paraense*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- MIRANDA, Rogério R. Vista da Territorialização do MST no sudeste paraense a partir da construção dos projetos de assentamentos. *Campo-Território, Revista de Geografia Agrária*, vol. 16, n. 40, 2021.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio Século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, vol. 19, n. 53, 2005.

PEREIRA, Airton dos Reis. A Cidade Invisível de Marabá. In: PEREIRA, A. R. *et al.* (org.). *VI Simpósio Internacional de História: culturas e identidades*, Goiânia, 2013.

_____. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: UFPE, 2015.

RODRIGUES, Silvio Valdivino; CONGILIO, Celia Regina. O camponês como sujeito histórico: o conceito social trabalho e a luta de classes In: MOREIRA, E.S.; TEIXEIRA, S.; REPETTO, M. (org.). *Diálogos críticos sobre Sociedade e Estado: reflexões desde o Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia*. Boa Vista: UFRR; Campos dos Goytacazes: EDUFRR, 2020.

SANTOS, Ana Cristina Sousa dos. *Trajetórias sociais de detentos com origem camponesa em Marabá-PA*. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá, 2022.

SANTOS, Valdeci M. dos. *A economia do sudeste paraense: fronteiras de expansão na periferia brasileira*. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOUSA, Otávio Babosa. *A intervenção do Estado na Reurbanização do Bairro Cabelo Seco no Município de Marabá, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2013*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, Marabá, 2013.

STÉDILE, João Pedro (org.). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.